

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série—Número 2

Terça-feira, 28 de Fevereiro de 1978

2.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DO TRABALHO

Portaria n.º 2/77:

Suspende a aplicação do Decreto-Lei n.º 97/77, de 17 de Março, na Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 56/77:

Fixa o dia 26 de Dezembro de 1977, como feriado obrigatório.

Portaria n.º 1/78:

Revoga a Portaria n.º 2/77, de 29 de Março.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE

Portaria n.º 4/78:

Institui, a título experimental, o subsídio de fixação para os profissionais de enfermagem colocados nas zonas rurais.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E COMÉRCIO E EQUIPAMENTO SOCIAL, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 32/77:

Fixa os preços de venda, na Região, do cimento tipo «Portland».

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E COMÉRCIO E AGRICULTURA, INDÚSTRIA E PISCAS

Portaria n.º 17/77:

Fixa os preços e margens de comercialização para o pescado.

Portaria n.º 18/77:

Fixa novos preços para os tipos de alimentos compostos para animais e revoga a Portaria n.º 1/77, de 17 de Março.

Portaria n.º 21/77:

Fixa novos preços e margens de comercialização do pescado e revoga a Portaria n.º 17/77, de 2 de Agosto.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E COMÉRCIO E EDUCAÇÃO E CULTURA

Portaria n.º 26/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 2/78:

Autoriza o abono de vencimentos e subsídios aos professores provisórios colocados depois de 25 de Outubro de 1977.

SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E COMÉRCIO

Portaria n.º 16/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da

da Região Autónoma da Madeira, capítulo respeitante à Assembleia Regional.

Portaria n.º 23/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 50/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 51/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 58/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 61/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E COMÉRCIO E EQUIPAMENTO SOCIAL, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 12/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 20/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 28/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 37/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 40/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 47/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 48/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 59/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
E SECRETARIA REGIONAL DO TRABALHO**

Portaria n.º 2/77

Pelo Decreto-Lei n.º 97/77 de 17 de Março vieram os órgãos do Governo Central legislar sobre o trabalho de estrangeiros.

Considerando que a competência para conceder a autorização de trabalho a estrangeiros era exercida pela Secretaria Regional do Trabalho nos termos da delegação de competência efectuada pelo Governo da Região no dia 23 de Novembro de 1976 em plenário;

Considerando que o referido diploma é omissivo àcerca da competência dos Governos das Regiões Autónomas;

Considerando ainda que o Decreto-Lei supra-mencionado revoga os diplomas — Lei 4/72 de 30 de Maio e o Decreto n.º 303/77 de 14 de Agosto —, donde emanava a potencial força legislativa que justificou a delegação de competência acima referida;

Considerando, finalmente, que o problema da autorização laboral em causa, poderá sofrer adaptação a todo um condicionalismo local de ordem económica, social e profissional que o Decreto-Lei de 17 de Março não previu e que é susceptível de criar situações equívocas e ambíguas;

Tendo em atenção que a vigência do novo diploma na Região Autónoma da Madeira, não se ajusta ao conceito de autonomia e representa uma restrição aos poderes que já eram conferidos no âmbito de legislação anterior;

O Governo, no termos do n.º 1 do art.º 3.º do Decreto-Lei 101/76 de 3 de Fevereiro e do Decreto-Lei 318-D/76 de 30 de Abril com a redacção dada pelo Decreto-Lei 427-F/76 de 1 de Junho, decide:

1.º—Suspender a aplicação do Decreto-Lei n.º

97/77 de 17 de Março na Região, até que entretanto se criem os instrumentos legais que claramente definam as competências na matéria nele versada.

2.º—Assim, todos os requerimentos de autorização devem continuar a ser dirigidos à Secretaria Regional do Trabalho, e bem assim os pedidos de renovação.

Presidência do Governo Regional, 29 de Março de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Trabalho, *Manuel Jorge Bazenga Marques*.

Portaria n.º 56/77

A devido tempo apresentou o Governo Regional à Assembleia Regional proposta de decreto a fim de determinar os feriados na Região Autónoma da Madeira, pela adaptação aos condicionalismos específicos desta Região.

Entre aqueles merecia consagração o dia 26 de Dezembro (1.ª oitava do Natal), dia ao qual o povo da Madeira e Porto Santo sempre respeitou como feriado, em obediência ancestral à tradição consuetudinária e religiosa — sendo o Natal a festa da Família, aquele dia em particular era de visita domiciliária familiar.

Porém e após aprovação na Assembleia Regional no dia 21 de Junho de 1977, a proposta seguiu a tramitação processual exigida. Sucede que por imperativos jurídico-constitucionais não se efectivou a inerente publicação oficial, logo, não está ainda tal diploma em vigor.

Certo, todavia, que pelas razões atrás indicadas, neste domínio mais não se faz do que respeitar uma longa tradição do povo e dos trabalhadores insulares, manda o Governo Regional, pelo seu Presidente e Secretário Regional do Trabalho, o seguinte:

1.º—O próximo dia 26 de Dezembro de 1977 é feriado obrigatório na Região Autónoma da Madeira.

Presidência do Governo Regional, 13 de Dezembro de 1977, — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Trabalho, *Manuel Jorge Bazenga Marques*.

Portaria n.º 1/78

Pela entrada em vigor do Decreto Regional n.º 17/77 publicado em 28 de Dezembro p.p., deixam de subsistir as razões que originaram a Portaria do Governo Regional divulgada no dia 31 de Março de 1977.

Nestes termos:

Manda o Governo Regional pelo seu Presidente e Secretário Regional do Trabalho, ao abrigo da alínea d), n.º 1 do art.º 229.º da Constituição da República e n.º 1 do art.º 3.º do Decreto-Lei 101/76 de 3 de Fevereiro, o seguinte:

1. — É revogada a Portaria do Governo Regional aprovada a 29 de Março de 1977, relativa a Trabalho de Estrangeiros na Região da Madeira.

Presidência do Governo Regional, 3 de Janeiro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Trabalho, *Manuel Jorge Bazenga Marques*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE

Portaria n.º 4/78

A criação e reorganização dos Serviços de Saúde em que a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais está empenhada na execução do seu programa de acção, obrigam ao recrutamento de profissionais de enfermagem em quantidade suficiente à obtenção de resultados desejados.

Sucede porém que, para lá da carência dos mesmos, se verifica a sua concentração na área do Funchal onde as condições de trabalho são manifestamente mais aliciantes.

Com efeito, até à presente data, nunca foram definidas condições de trabalho nas zonas rurais que, através de melhores benefícios, anulassem as desvantagens decorrentes do isolamento, da falta de condição de habitação e tantos outros incómodos.

As soluções pontuais até agora conseguidas, só foram possíveis graças a incentivos concedidos que, por visarem situações concretas, não tiveram o carácter de generalidade que se pretende.

É manifesto que este tipo de cobertura está

longe de ser suficiente e de tranquilizar as populações, como não é económico na medida em que obriga a elevados encargos, à manutenção de um parque automóvel deveras dispendioso e sempre insuficiente e não possibilita um bom aproveitamento do pessoal.

Espera-se que a nível de carreiras profissionais, como já acontece com o serviço médico à periferia, venham a ser estabelecidas normas que inseridas num contexto curricular, obrigue à passagem dos técnicos pelas zonas rurais.

Porém, enquanto essas e outras medidas de idêntico alcance não foram definidas, e porque se impõe a criação imediata de subsídios para esses profissionais nas zonas rurais, sem os quais as acções programadas não podem efectivar-se, determina-se o seguinte:

Art.º 1.º — É instituído, a título experimental, o subsídio de fixação para os profissionais de enfermagem colocados nas zonas rurais.

Art.º 2.º — O valor do subsídio a atribuir será de valor variável, de harmonia com as zonas de fixação:

1. 10% sobre o vencimento base:

- Vila de Câmara de Lobos
- Carmo
- Encarnação
- Estreito de Câmara de Lobos
- Romeiras
- Caniço
- Camacha

2. 15% sobre o vencimento base:

- Curral das Freiras
- Santa Cruz
- Gaula
- Santo António da Serra

3. 20% sobre o vencimento base:

- Ribeira Brava
- Serra de Água
- Campanário
- Ponta do Sol
- Canhas
- Madalena do Mar
- Machico
- Caniçal
- Porto da Cruz

4. 25% sobre o vencimento base:

- Calheta
- Arco da Calheta
- Estreito da Calheta
- Jardim do Mar
- Paul do Mar
- Prazeres
- Fajã da Ovelha
- Ponta do Pargo
- Santa
- Porto Moniz
- Seixal
- Ribeira da Janela
- S. Vicente
- Ponta Delgada
- Boaventura
- Santana
- São Jorge
- Arco de São Jorge
- Faial
- São Roque do Faial

5. 30% sobre o vencimento base:

- Porto Santo

Art.º 3.º — Aos profissionais fixados nas localidades mencionadas nos n.ºs 3, 4 e 5 do n.º 2, exceptuando Machico, Caniçal e Porto da Cruz, será concedido alojamento, com roupa lavada e alimentação, devendo ser devolvido ao serviço o subsídio de alimentação que estiver legalmente fixado.

Art.º 4.º — Aos profissionais fixados nas localidades mencionadas nos n.ºs 2, 3 e 4 do n.º 2, exceptuando o Curral das Freiras, será concedido transporte no início e termo da fixação, com as seguintes opções:

- a) Utilização de carro do serviço, se possível.
- b) Utilização de carro próprio próprio com direito ao recebimento da quantia que estiver fixada por quilómetros.
- c) Utilização dos transportes colectivos com direito ao reembolso do montante

correspondente ao custo dos bilhetes.

Art.º 5.º — Aos profissionais fixados no Porto Santo será concedido transporte, por via aérea ou marítima, no início e termo da fixação e por ocasião das férias anuais.

Art.º 6.º — Aos profissionais residentes nas localidades rurais é concedido o subsídio de fixação estabelecido para as mesmas localidades.

Art.º 7.º — Aos profissionais fixados nas localidades mencionadas no n.º 1 e no Curral das Freiras, quando impossibilitados de residir nessas localidades, será concedido transporte desde o Funchal, com as opções referidas nas alíneas a, b e c, do artigo 4.º.

Art.º 8.º — Os profissionais que, por imposição do serviço sejam deslocados temporariamente para outro local, manterão os subsídios que vinham auferindo, sem prejuízo de lhe serem atribuídos os subsídios que estabeleçam montantes superiores.

Art.º 9.º — As situações que não se enquadram na presente Portaria, serão solucionadas, caso a caso, por despacho do Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Art.º 10.º — A presente Portaria produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1978.

Presidência do Governo Regional, 24 de Janeiro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Saúde, *Jorge Nélio Praxedes Ferraz Mendonça*.

////////////////////////////////////

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
E SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO,
FINANÇAS E COMÉRCIO E EQUIPAMENTO SOCIAL,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

Portaria n.º 32/77

Considerando a necessidade de regulamentação e comercialização do cimento, nesta Região,

especialmente nos períodos de escassez de oferta desse produto, manda o Governo da Região Autónoma da Madeira, pelos Secretários Regionais do Planeamento, Finanças e Comércio, e do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, ao abrigo do disposto n.º 2 do art.º 7.º do Decreto-Regional n.º 2/76 de 11 de Novembro o seguinte:

1.1 — O Entrepasto Industrial das Ilhas, adiante designado por Entrepasto, fornecerá o cimento *ensacado* que importe ou manufacture exclusivamente às seguintes entidades:

Empreiteiros de Obras Públicas, Industriais de Construção Civil e artefactos de cimento.

Serviços do Governo Regional e Câmaras Municipais.

Distribuidores.

1.2 — A quantidade mínima a fornecer pelo Entrepasto será de 180 sacos de cada vez.

1.3 — São considerados *Empreiteiros* de Obras Públicas, Industriais de Construção Civil e artefactos de cimento quem exercer efectivamente essa actividade sendo detentor do respectivo alvará e além disso exiba o conhecimento de contribuição industrial ou na falta deste último documento oficial que mostre estar colectado na Repartição de Finanças respectiva.

1.4 — São distribuidores as pessoas idóneas, individuais ou colectivas que se proponham à venda de cimento por grosso e que mostrem ter uma capacidade mínima de armazenamento de 250 toneladas de cimento ensacado.

1.5 — Os distribuidores no seu conjunto poderão ser obrigados a adquirir 40% do cimento ensacado importado dentro dos limites da sua capacidade de armazenagem.

2 — As vendas feitas pelo Entrepasto serão sempre a pronto pagamento salvo quanto aos fornecimentos ao Governo e Câmaras Municipais, podendo, no entanto, o Entrepasto estabelecer outras condições de pagamento de acordo com os compradores.

3.1 — Sempre que se verifique escassez de cimento no mercado local todas as enti-

dades que se podem abastecer no Entrepósito, de cimento ensacado, deverão apresentar até ao dia 15 de cada mês um pedido escrito das suas necessidades escalonadas para o mês seguinte.

3.2 — As entidades referidas em 1.1 apresentarão esse pedido na Secretaria do Equipamento Social, Transportes e Comunicações que os dará a conhecer ao Entrepósito.

3.3 — Os pedidos serão feitos para os Empreiteiros de Obras Públicas e Industriais de Construção Civil e artefactos de cimento através da sua associação de classe ASSICON (Associação de Industriais de Construção Civil).

3.4 — Os pedidos para os Distribuidores serão feitos de Obras Públicas e Industriais de classe ACIF (Associação Comercial e Industrial do Funchal).

3.5 — Os pedidos das Câmaras Municipais deverão ser canalizados através da Secretaria do Equipamento Social, Transportes e Comunicações.

3.6 — Os Empreiteiros de Obras Públicas e os Industriais de Construção Civil e artefactos de cimento bem como os distribuidores que não façam parte das das Associações referidas nas alíneas anteriores poderão fazer o seu pedido directamente na Secretaria do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, também até ao dia 15 de cada mês relativamente às quantidades de cimento ensacado que pretendem consumir no mês seguinte.

3.7 — O Entrepósito comunicará até ao dia 25 de cada mês à Secretaria do Equipamento Social, qual a quantidade de cimento que poderá fornecer escalonadamente no mês seguinte:

3.8 — A Secretaria do Equipamento Social procederá ao rateio entre os interessados de forma a que aproximadamente 10% do cimento ensacado disponível seja destinado às entidades oficiais, 40% aos distribuidores e 50% aos Empreiteiros de Obras Públicas e Industriais de Construção Civil e Industriais de artefactos de cimento.

3.9 — A Secretaria do Equipamento Social comunicará aos diversos interessados do seu rateio que por sua vez os distribuirão entre os seus associados.

4.1 — Serão fixados os seguintes preços de cimento nesta Região:

TIPOS DE CIMENTO — PORTLAND

Granel (Esc/ton)	No Entrepósito (Ensacado)	no Cais (Ensacado)
1 090\$00 (a)	64\$96 (b)	67\$76 (b)

a) — Sem Imposto de Transacções (12%).

b) — Incluindo o Imposto de Transacções.

4.2 — Os distribuidores não poderão vender cimento por preços superiores aos indicados acrescidos das despesas de transportes, de 7% para outras despesas e 10% de lucro.

4.3 — Nas vendas feitas por retalhistas estes poderão fazer crescer ao preço de custo no distribuidor, as despesas de transporte, 7% para outras despesas, mais 15% de lucro.

5 — Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 1 de Novembro de 1977.

Presidência do Governo Regional, 11 de Outubro de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*. — O Secretário Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, *Gonçalo Nuno Malheiro de Araújo*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E COMÉRCIO E AGRICULTURA, INDÚSTRIA E PISCAS

Portaria n.º 17/77

A importância e os condicionalismos particulares do sector das pescas exige a publicação de um diploma especial regulamentador do comércio de peixe fresco onde os interesses do sector em causa e dos consumidores sejam convenientemente defendidos e a disciplina se substitua ao arbítrio das actuações.

Atendendo às singulares características do meio, tal procedimento virá assegurar com justiça a defesa daqueles interesses e a disciplina do sector.

Nestes termos:

O Governo Regional ao abrigo do art.º 3.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 101/76, de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho, determina o seguinte:

- 1.º — A comercialização do peixe fresco no arquipélago da Madeira passa a obedecer ao disposto no presente diploma.
- 2.º — Aos preços de venda ao público serão os preços de lota ou seus postos acrescidos das seguintes margens para lucro e encargos de distribuição, por quilograma:
 - a) — 3\$00 e 3\$50 para as espécies atum, bonito ou gaiado, cavala, chicharro, peixe-espada branco e peixe-espada preto compradas na lota ou seus postos por preços, respectivamente, até ou superiores a 10\$;
 - b) — 4\$00 para as restantes espécies.
- 3.º — Os preços de venda ao público formados em conformidade com o disposto no n.º 2.º, serão apenas acrescidos das taxas legais que incidem sobre a comercialização do peixe.
- 4.º — Na comercialização do peixe desde a lota ou respectivos postos até ao consumidor não pode haver mais do que um intermediário.
- 5.º — A venda de quaisquer espécies de peixe não pode, em caso algum, fazer-se depender da aquisição simultânea de outras diferentes.
- 6.º — a) — Os comerciantes retalhistas deverão fazer acompanhar todo o peixe do documento de compra, obrigatoriamente passado pela lota ou posto, do qual constem os nomes e moradas dos compradores, a indicação das espécies, quantidades, preços e datas da compra, documento esse que o comprador terá

de apresentar sempre que lhe seja exigido por quem de direito.

- b) — Os retalhistas cujas vendas se limitem a parte de uma caixa, adquirida na lota ou posto por outro em representação de um grupo de vendedores, ficam obrigados, sempre que tal lhes seja exigido por quem de direito, a indicar o n.º do talão relativo à compra na lota ou respectivo posto e, bem assim, o nome de quem adquiriu a caixa.
- c) — Quando, por falta de cumprimento do disposto em 1.º e 2.º deste diploma, fôr impossível determinar o preço exacto da compra do peixe na lota ou posto, considerar-se-á que esse preço foi o mínimo praticado no dia da aquisição.
- d) — Consideram-se inexistentes todos os documentos de compra e venda que não contenham todos os elementos referidos em a) deste n.º 6.
- e) — A não apresentação do aludido documento pelo comprador, designadamente por lhe não ter sido passado pela lota ou posto bem como por se ter extraviado, não constitui para aquela circunstância dirimente da sua responsabilidade criminal.
- f) — Os retalhistas são obrigados a colocar, em sítio bem visível, letreiros com a indicação dos preços de venda ao público, por quilograma, das espécies que possuam.
- g) — Constitui contravenção punível com a multa de 2.000\$00 a 10.000\$, quando não integre o crime de especulação, a intervenção de mais de um intermediário desde o local da lota ou seus postos até aos consumidores, contrariamente ao disposto no n.º 4.º.
- h) — Constitui contravenção punida nos termos do art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 41 204, de 24 de Julho de 1957, a falta de letreiros indicativos dos

preços de venda ao público e respectivas espécies.

i) — Constitui contravenção punida com a multa de 1.000\$00 a 10 000\$00:

1) — A recusa de venda de quaisquer espécies de peixe condicionando-a à aquisição simultânea de outras diferenças.

2) — A falta de passagem, bem como a não apresentação pelos comerciantes retalhistas do documento de compra e venda.

7.º — A presente portaria entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional, 2 de Agosto de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*. — O Secretário Regional da Agricultura, Indústria e Pescas, *Manuel Gonçalves de Sousa Alegria*.

Portaria n.º 18/77

Houve, como é do conhecimento geral um agravamento dos custos dos transportes marítimos e, um aumento substancial de algumas matérias primas utilizadas na preparação dos tipos de alimentos compostos.

Assim, torna-se urgente e indispensável nova actualização dos preços para os alimentos compostos para animais.

Nestes termos:

O Governo Regional, usando da faculdade que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho, determina o seguinte:

1. Ficam sujeitos ao regime de preços máximos a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 1.º, do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Junho, os tipos de alimentos compostos para animais a que correspondem as seguintes designações:

A — 101	B — 310	S — 800
A — 102	B — 311	S — 801
A — 104	B — 320	S — 815
A — 111	B — 330	S — 816

A — 115	B — 332	S — 813
A — 120	B — 334	—

2. Os preços máximos de venda ao utilizador final dos tipos de alimentos compostos referidos no número anterior são os seguintes, por quilograma:

A — 101	8\$00	B — 310	6\$80
A — 102	7\$60	B — 311	6\$90
A — 104	8\$10	B — 320	5\$70
A — 111	7\$00	B — 330	5\$80
A — 115	7\$60	B — 332	5\$70
A — 120	6\$90	B — 334	5\$80
S — 800	7\$50	S — 816	6\$50
S — 801	7\$50	S — 813	6\$50
S — 815	7\$00		

3. Os preços indicados no número antecedente incluem as despesas de transporte desde a fábrica até ao utilizador final, para entregas não inferiores a 5 T.

4. Os preços máximos de venda fixados no n.º 2, devem entender-se para alimentos compostos farinados e quando acondicionados em sacos de 50 Kg, podendo a esses preços ser acrescido o diferencial de \$15/Kg no caso de alimentos compostos granulados.

5. Na venda de alimentos compostos em embalagens de 5 Kg, 10 Kg e 25 Kg pode ser acrescido aos preços estabelecidos no n.º 2 o diferencial de 2\$, 4\$ e 2\$50 por embalagem.

6. Os preços máximos de venda autorizados pela presente portaria devem conter obrigatoriamente na etiqueta aposta nas embalagens que condicionam os alimentos compostos.

7. A infracção ao disposto no n.º 6 é punida com a multa de 2 000\$00 a 10 000\$00.

8. Fica revogada a portaria n.º 1/77 de 17 de Março, que fixa os preços dos alimentos compostos para animais.

9. A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, à excepção dos números 6 e 7, os quais só entrarão em vigor no dia 10 de Setembro de 1977.

Presidência do Governo Regional, 9 de Agosto

to de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*. — O Secretário Regional da Agricultura, Indústria e Pescas, *Manuel Gonçalves de Sousa Alegria*.

Portaria n.º 21/77

A importância e os condicionalismos particulares do sector das pescas exige a publicação de um diploma especial regulamentador do comércio de peixe fresco onde os interesses do sector em causa e dos consumidores sejam convenientemente defendidos e a disciplina se substitua ao arbítrio das actuações.

Atentas as singulares características do meio, tal procedimento virá assegurar com justiça a defesa daqueles interesses e a disciplina do sector.

Nestes termos:

O Governo Regional ao abrigo do art.º 3.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 101/76, de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 Abril e Decreto-Lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho, determina o seguinte:

- 1.º — A comercialização do peixe fresco no arquipélago da Madeira passa a obedecer ao disposto no presente diploma.
- 2.º — Os preços de venda ao público, serão os preços de lota ou seus postos, acrescidos das seguintes margens para lucro e encargos de distribuição, por quilograma.
 - a) — 3\$00 e 3\$50 para as espécies atum, bonito ou gaiado, cavala, chicharro, peixe-espada branco e peixe-espada preto compradas na lota ou seus postos por preços, respectivamente até ou superiores a 10\$;
 - b) — 4\$00 para as restantes espécies;
 - c) — 1\$00 para encargos de transporte quando a venda ao público se verificar a dois ou mais Kms da lota ou posto.
- 3.º — Os preços de venda ao público formados em conformidade com o disposto no

n.º 2.º poderão ser acrescidos das taxas legais que incidem sobre a comercialização do peixe.

- 4.º — Aos preços de venda ao público das espécies mencionados na alínea a) do n.º 2, desta portaria, à excepção do peixe espada, quando vendidas às postas e desventradas, poderão acrescer 20% sobre o preço de compra na lota ou seus postos.
- 5.º — Aos preços de venda ao público da espada e restantes espécies consideradas na alínea b) do n.º 2, quando vendidas às postas e desventradas poderão acrescer 30% sobre o preço de compra na lota ou seus postos.
- 6.º — Na comercialização do peixe desde a lota ou respectivos postos até ao consumidor não pode haver mais do que um intermediário.
- 7.º — A venda de quaisquer espécies de peixe não pode, em caso algum, fazer-se depender da aquisição simultânea de outras diferentes.
- 8.º — a) — Os comerciantes retalhistas deverão fazer acompanhar todo o peixe do documento de compra, obrigatoriamente passado pela lota ou posto, do qual constem os nomes e moradas dos compradores, a indicação das espécies, quantidades, preços e datas da compra, documento esse que o comprador terá de apresentar sempre que lhe seja exigido por quem de direito.
 - b) — Os retalhistas cujas vendas se limitem a parte de uma caixa adquirida na lota ou posto por outro em representação de um grupo de vendedores ficam obrigados, sempre que tal lhes seja exigido por quem de direito, a indicar o n.º do talão relativo à compra na lota ou respectivo posto e, bem assim, o nome de quem adquiriu a caixa.
 - c) — Quando, por falta de cumprimento do disposto em a) e b) deste n.º, for impossível determinar o preço exacto da compra do peixe na lota

ou posto, considerar-se-á que esse preço foi o mínimo praticado no dia da aquisição.

d) — Consideram-se inexistentes todos os documentos de compra e venda que não contenham todos os elementos referidos em a) deste n.º 8.

e) — A não apresentação do aludido documento pelo comprador, designadamente por lhe não ter sido passado pela lota ou posto, bem como por se ter extraviado, não constitui para aquele, circunstância dirimente da sua responsabilidade criminal.

9.º — Os retalhistas são obrigados a colocar, em sítio bem visível, letreiros com a indicação dos preços de venda ao público, por quilograma, das espécies que possuam.

10.º — Constitui contravenção punível com a multa de 2 000\$00 a 10 000\$00 quando não integre o crime de especulação, a intervenção de mais de um intermediário desde o local da lota ou seus postos até aos consumidores, contrariamente ao disposto no n.º 6.

11.º — Constitui contravenção, punida nos termos do art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 41 204 de 24 de Julho de 1957, a falta de letreiros indicativos dos preços de venda ao público e respectivas espécies.

12.º — Constitui contravenção punida com a multa de 1 000\$00 a 10 000\$00:

a) — A recusa de venda de quaisquer espécies de peixe condicionando-a à aquisição simultânea de outras diferentes.

b) — A falta de passagem, bem como a não apresentação pelos comerciantes retalhistas do documento de compra.

13.º — Fica revogada a portaria n.º 17, de 2 de Agosto de 1977.

14.º — O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional, 13 de Setembro de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*. — O Secretário Regional da Agricultura, Indústria e Pescas, *Manuel Gonçalves de Sousa Alegria*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E COMÉRCIO E EDUCAÇÃO E CULTURA

Portaria n.º 26/77

A fim de possibilitar o pagamento do «subsídio de refeição» instituído pelo Decreto-Lei n.º 305/77, de 29 de Julho, e de outras despesas correntes e de Capital, no Orçamento do Governo Regional para o ano de 1977 há necessidade de se proceder à transferência de determinadas verbas, para reforço e inclusão de outras no orçamento acima mencionado, pelo que ao abrigo do artigo 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, o seguinte:

1.º — Que se proceda às transferências e inclusões de verbas e reforços de outras do Orçamento para 1977, segundo o mapa anexo, que faz parte integrante desta Portaria.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor. (As verbas a transferir totalizam o montante de 38.731.000\$00 sendo de igual montante as verbas a reforçar e a incluir).

VERBAS A TRANSFERIR

Receitas correntes

Cap.º 5.º — Transferências do Sector Público

Art.º 22.º — Importâncias consignadas pelo Estado para pagamento das despesas com o pessoal do Ensino e do Arquivo Distrital:

1 — Pessoal do Ensino:

c) Liceu Nacional do Fun-

chal... .. 1 100 000\$00

A transportar 1 100 000\$00

Transporte 1 100 000\$00

d) Escola Industrial e Comercial do Funchal... .. 1 331 000\$00 2 431 000\$00

Cap.º 3.º — *Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio.*

Art.º 70.º — Participações financeiras 36 300 000\$00
Soma 38 731 000\$00

VERBAS A INCLUIR E A REFORÇAR

Cap.º 2.º — *Presidência do Governo Regional*

Despesas correntes

Art.º 12A, Alínea 4 — Prestações directas — Previdência Social — Alimentação e Alojamento — Subsídio de refeição 20 000\$00

Art.º 20 — Transferências — Sector Público — Subsídios às Câmaras Municipais 2 000 000\$00

Outras despesas correntes

Art.º 20A Alínea 8 — Subsídio para as Voltas à Ilha em Automóvel e em Bicicleta 400 000\$00

Despesas de Capital

Art.º 21.º — Transferências — Sector Público — Subsídios às Câmaras Municipais 20 000 000\$00

Art.º 23.º — Realização do inquérito Agrícola 1 300 000\$00

Secretaria Geral

Art.º 31.º Alínea 4 — Prestações directas — Previdência Social — Alimentação e Alojamento — Subsídio de refeição 480 000\$00

Art.º 36.º — Bens não duradouros — Consumos de secretaria 300 000\$00

Outras despesas correntes

Art.º 41.º Alínea 7 — Solenidades, A transportar 24 500 000\$00

Transporte 24 500 000\$00

festas e exposições 800 000\$00

Cap.º 3.º — *Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio.*

Outras despesas correntes

Art.º 69.º Alínea 4 — Provisões para cobrir avales concedidos 5 000 000\$00

Art.º 69.º Alínea 13 — À União das Cooperativas Agrícolas de Lactínios e de Produtores de Leite da Madeira, proveniente de diferença do 1.º Escalão do ano de 1974, bem como de subsídios reembolsáveis e empréstimos 6 000 000\$00

Cap.º 7.º — *Secretaria Regional de Educação e Cultura*

Outras despesas correntes

Art.º 234.º Alínea 5 — Importâncias consignadas pelo Estado para pagamento de despesas com o pessoal do Ensino:

c) Liceu Nacional do Funchal 1 100 000\$00

d) Escola Industrial e Comercial do Funchal... .. 1 331 000\$00 2 431 000\$00
Soma 38 731 000\$00

Presidência do Governo Regional, 13 de Setembro de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho* — O Secretário Regional da Educação e Cultura, *Maria Margarida Neves da Costa*.

Portaria n.º 2/78

Tendo sido suscitada a dúvida quanto ao pa-

gamento dos vencimentos a partir do dia 1 de Outubro de 1977, aos professores provisórios colocados depois de 25 de Outubro seguinte, através da Comissão Regional de Colocações, determina-se o seguinte:

- 1 — Nos termos do n.º 1 do despacho n.º 147/77 de 16 de Novembro de 1977, do Senhor Secretário da Administração Escolar (publicado no Diário da República, II Série, n.º 276, de 29 de Novembro), que se transcreve, «Consideram-se vinculados ao MEIC os docentes que se encontravam colocados à data de 30 de Setembro de 1977».
- 2 — Por outro lado, nos termos da alínea a) do n.º 2 do mesmo despacho, que se transcreve, «Terão direito ao abono, desde 1 de Outubro de 1977, os candidatos que no boletim de concurso declararam aceitar todas as possibilidades de colocação, previstas no art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 262/77».
- 3 — Convém esclarecer, em todo o caso, que os boletins de concurso, no âmbito da região, apenas se referiam ao preenchimento de vagas dentro da mesma, devendo assim entender-se estar preenchido o requisito do número anterior quando o professor não fez restrição no âmbito da região.
- 4 — Assim, desde que se verifiquem os requisitos enunciados nos números precedentes deste despacho, deverão ser abonados os vencimentos, e demais subsídios que, por disposição legal, tenham direito, a partir de 1 de Outubro de 1977,

Presidência do Governo Regional, 17 de Janeiro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*. — O Secretário Regional da Educação e Cultura, *Carlos Lélis da Câmara Gonçalves*.

SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E COMÉRCIO

Portaria n.º 16/77

Devido a despesas inadiáveis e insuficiente-

mente previstas e havendo necessidade de efectuar uma transferência de verba, de acordo com o Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, o Governo Regional aprova o seguinte:

Anulação de Despesas

CAPÍTULO I

Assembleia Regional

Art.º 1.º Remunerações certas e Permanentes	<u>1 400 000\$00</u>
---	----------------------

Reforço de verba

CAPÍTULO I

Assembleia Regional

Art.º 6.º Aquisição de Bens Duradouros	800 000\$00
Art.º 9.º A. D. S. E.	150 000\$00
Art.º 10.º A n o s Económicos Findos	200 000\$00
Art. 11.º Despesas de Representação	<u>250 000\$00</u>
Soma	<u>1 400 000\$00</u>

Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, 2 de Agosto de 1977. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*

Portaria n.º 23/77

A fim de possibilitar o pagamento do «subsídio de refeição» instituído pelo Decreto-Lei n.º 305/77, de 29 de Julho, há necessidade de se proceder à transferência de determinadas verbas, para inclusão de outras no orçamento para 1977, da Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, da Região Autónoma da Madeira, pelo que, ao abrigo do Art.º 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da Secretaria do Planeamento, Finanças e Comércio, o seguinte:

- 1.º) — Que se proceda às transferências e in-

clusões de verbas das rubricas do Orçamento para 1977 da Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, segundo o mapa anexo que faz parte integrante desta Portaria.

2.º) — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

VERBAS A TRANSFERIR

Cap.º 3.º Art.º 63

Bens duradouros	27 300\$00
------------------------	------------

Cap.º 3.º Art.º 73 Alínea 1b)

Pessoal assalariado além dos	
Quadros	18 200\$00
TOTAL	45 500\$00

VERBAS A INCLUIR

Cap.º 3.º Art.º 59 alínea 4)

Alimentação e alojamento —	
Subsídio de refeição	27 300\$00

Cap.º 3.º Art.º 73 Alínea 5-C)

Alimentação e alojamento —	
Subsídio de refeição	18 200\$00
TOTAL	45 500\$00

Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, 13 de Setembro de 1977. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 50/77

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes, há necessidade de se proceder à transferência de uma verba para reforço de outras dentro do capítulo 3.º do Orçamento Ordinário da Despesa para 1977 inerente à Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, pelo que, ao abrigo do artigo 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência da im-

portância de 53 000\$00 (cinquenta e três mil escudos) do Capítulo 3.º, Art.º 73.º, alínea 1 — a) — Remunerações certas — Pessoal do quadro — para reforço das alíneas 4), 5 — c) e 9) do Artigo 73.º do Capítulo 3.º — Subsídio de férias e de Natal, Subsídio de refeição e Aquisição de serviços — Transportes e Comunicações, nas importâncias de 20 000\$00, 3 000\$00 e 30 000\$00, respectivamente.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, 29 de Novembro de 1977. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 51/77

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes, há necessidade de se proceder à transferência de uma verba para reforço de outra dentro do capítulo 3.º do Orçamento Ordinário da Despesa para 1977, inerente à Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, pelo que, ao abrigo do art.º 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência da importância de 122 000\$00 (cento e vinte e dois mil escudos) do capítulo 3.º, art.º 73.º, alínea 1-c) — Remunerações certas — Pessoal do quadro — para reforço da alínea 1), do art.º 57.º do cap.º 3.º — Remunerações certas e permanentes — Vencimento do Secretário Regional, do pessoal do seu Gabinete e do restante pessoal desta Secretaria.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, 6 de Dezembro de 1977. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 58/77

A fim de possibilitar o pagamento de despe-

sas correntes há necessidade de se proceder à transferência de verbas para reforço de outras dentro do capítulo 3.º do Orçamento Ordinário da Despesa para 1977, inerente à Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, pelo que, ao abrigo do art.º 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da Secretaria do Planeamento, Finanças e Comércio, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência das importâncias de 544 081\$00 (quinhentos quarenta e quatro mil e oitenta e um escudos) e 30 000\$00 (trinta mil escudos) respectivamente das alíneas 1-a) e 1-b) do art.º 73.º do Cap.º 3.º — Remunerações Certas — Pessoal do quadro e Pessoal assalariado além dos quadros — para reforço, respectivamente, das alíneas 66) e 67) do capítulo 3.º — Aquisição de serviços — Encargos das Instalações e Aquisição de serviços — Transportes e Comunicações.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, 13 de Dezembro de 1977. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 61/77

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes, há necessidade de se proceder à transferência de uma verba para reforço de outras dentro do capítulo 3.º do Orçamento Ordinário da Despesa para 1977, inerente à Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, pelo que, ao abrigo do art.º 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência da importância de vinte mil escudos (20 000\$) do capítulo 3.º, art.º 68.º — Aquisição de bens e serviços —, para reforço, na importância de 10 000\$00 (dez mil escudos), do art.º 64.º do capítulo 3.º — Bens não duradouros — Consumos de secretaria, e na importância também de 10 000\$00 (dez mil escudos), para reforço da alínea 8), art.º 73.º, igualmente do

capítulo 3.º — Serviço de Planeamento e Coordenação Económica — Bens não duradouros — Consumos de secretaria.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, 27 de Dezembro de 1977. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO FINANÇAS E COMÉRCIO E EQUIPAMENTO SOCIAL, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 12/77

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes, há necessidade de proceder a transferência de verbas e reforços em várias rubricas do orçamento para 1977 da Secretaria Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações pelo que ao abrigo do Art.º 3.º do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira, Decreto Regional n.º 5/77/M.

Manda o Governo Regional da Madeira, pelas Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças e Equipamento Social, Transportes e Comunicações, o seguinte:

1.º — Que se proceda às transferências e reforço de verbas de várias rubricas do Orçamento de 1977 para esta Secretaria Regional assinaladas no mapa que faz parte desta portaria.

2.º — Este diploma entra imediatamente em vigor.

VERBAS A TRANSFERIR DO ORÇAMENTO ORDINÁRIO

Direcção das Obras Públicas

Cap.º 4.º Art.º 85.

Saneamento básico (Abastecimento de água e esgotos) 16 760 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 87 Alínea 20)

Construção do Parque automóvel e de Material do Governo Regional	8 000 000\$00
Soma	24 760 000\$00

VERBAS A REFORÇAR

Cap.º 4.º Art.º 75.

Subsídio de Férias e de Natal 70 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 87 Alínea 8)

Obras de adaptação do edifício da Companhia Insular de Moinhos para instalação do Ciclo complementar do Liceu Nacional do Funchal 600 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 87 Alínea 10)

Ampliação do Corpo de oficinas da Escola Industrial e Comercial do Funchal ... 2 000 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 87 Alínea 11)

Iluminação do Campo de Jogos do Liceu Nacional do Funchal e do Campo Almirante Reis ... 1 000 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 87 Alínea 23)

Construção de Instalações do Posto Zootécnico da Madeira ... 500 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 87 Alínea 43-A

Construção de 5 salas de aulas e Ampliação do refeitório do Instituto de Surdos 500 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 87 Alínea 43-B)

Construção da Escola Preparatória de Santana ... 2 000 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 87 Alínea 43-C)

Substituição da cobertura do Pavilhão Gimnodesportivo ... 1 300 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 87 Alínea 43-D)

Concessão de subsídios a diversas entidades públicas para execução de obras ... 1 500 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 87 Alínea 44-1-A)

Aquisição de máquinas, ferramentas, aparelhos instrumentos, utensílios e despesas referentes aos seus transportes e despachos ... 10 000 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 96 Alínea 1)

Máquinas, ferramentas, aparelhos e utensílios ... 300 000\$00

A transportar ... 19 770 000\$00

Transporte ... 19 770 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 100 Alínea 3-A)

Conservação, reparação e beneficiação do Palácio do Governo Regional e respectivo anexo da Direcção de Finanças ... 2 000 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 100-3-B

Idem idem do Liceu Nacional do Funchal, Escola do Magistério Primário, Escolas do Ciclo Preparatório e seus anexos ... 800 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 100 Alínea 3-F)

Idem idem de outros edifícios cuja conservação está a cargo do Governo Regional, incluindo os edifícios afectos ao Ciclo Preparatório da Telescola ... 1 500 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 100 Alínea 4-D)

Pagamento de serviços e diversos encargos ... 70 000\$00

Cap.º 4.º Art.º 101 Alínea 9)

Despesas de anos económicos findos ... 620 000\$00
Soma ... 24 760 000\$00

VERBAS A TRANSFERIR DO ORÇAMENTO ORDINÁRIO

Direcção dos Serviços Industriais, Eléctricos e Viação

Cap.º 4.º Art.º 109 Alínea 1)

Bem não duradouros — Combustíveis, Lubrificantes e Conservação de Viaturas motorizadas ... 10 000\$00

VERBAS E REFORÇOS

Cap.º 4.º Art.º 110 Alínea 1)

Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações CTT ... 10 000\$00

Secretarias Regionais do Planeamento, Finanças e Comércio e Equipamento Social, Transportes e Comunicações, 12 de Junho de 1977. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, José António Camacho. — O Secre-

tário Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, *Gonçalo Nuno Malheiro de Araújo*.

Portaria n.º 20/77

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes, há necessidade de proceder à transferência de verbas e reforços em várias rubricas do Orçamento para 1977 da Secretaria Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações pelo que ao abrigo do Art.º 3.º do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira e do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional da Madeira, pelas Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças e Equipamento Social, Transportes e Comunicações, o seguinte:

1.º — Que se proceda às transferências e reforço de verbas de várias rubricas do Orçamento de 1977, para esta Secretaria Regional, assinaladas no mapa que faz parte desta portaria.

2.º — Este diploma entra imediatamente em vigor.

VERBAS A TRANSFERIR DO ORÇAMENTO ORDINÁRIO

Cap. 4 Art.º 83

Ampliação do Plano de Construção das EE. NN. do Distrito 10 000 000\$00

Cap. 4 Art.º 84

Viação Rural 4 000 000\$00

Cap. 4 Art.º 85

Saneamento Básico (Abastecimento de águas e esgotos) 16 430 000\$00

Cap. 4 Art.º 86

Construção de Creches e Jardins de Infância e Reabilitação de Grupos Socialmente Desajustados 1 000 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 5)

Construção da Escola Preparatória do Porto Santo 1 660 000\$00

A transportar 33 090 000\$00

Transporte 33 090 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 39)

Construção do Centro Sanitário do Porto Santo 1 200 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 40)

Construção do Centro Sanitário de S. Vicente 2 000 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 42)

Construção de Lares para a 3.ª idade 3 500 000\$00

Cap. 4 Art.º 88 Alínea 1)

Pessoal do Quadro 1 000 000\$00

Cap. 4 Art.º 88 Alínea 2)

Pessoal assalariado de carácter permanente 1 000 000\$00

Soma 41 790 000\$00

VERBAS A REFORÇAR

Cap. 4 Art.º 75-A

Despesas de Alimentação 1 880 000\$00

Cap. 4 Art.º 76 Alínea 3)

Outras prestações directas 20 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 2)

Construção da Escola Preparatória de Machico 1 500 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 9)

Construção da Escola Preparatória da Calheta 2 500 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 19)

Construção de veredas de Estudo

a) Despesas com pessoal 400 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 23)

Construção das Instalações do Posto Zootécnico da Madeira 500 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 25)

Construção da Muralha na Ribeira de Machico 200 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 30)

Análises de materiais, traba-

A transportar 7 000 000\$00

<i>Transporte</i>	7 000 000\$00	<i>Transporte</i>	33 250 000\$00
lhos topográficos, organiza- ção de projectos e outros trabalhos		Cap. 4 Art.º 95 Alínea 3)	
a) Pessoal ...	500 000\$00	Aumento de salário pela des- locação para o campo	500 000\$00
b) Material ..	100 000\$00	Cap. 4 Art.º 96 Alínea 3)	
Cap. 4 Art.º 87 Alínea 35)	600 000\$00	Mobiliário e utensílios para os serviços e casas de abrigo	300 000\$00
Modificação dum prédio abran- gido pela correcção do tra- çado da E.N. 105, Sítio do Terraço, freguesia de S. Ro- que, incluindo indemnização	100 000\$00	Cap. 4 Art.º 100 Alínea 1-B)	
Cap. 4 Art.º 87 Alínea 43-E		Conservação e encadernação de livros	10 000\$00
Remodelação de cobertura e corpo da varanda do edifício do Museu da Quinta das Cruzes	1 000 000\$00	Cap. 4 Art.º 100 Alínea 2)	
Cap. 4 Art.º 87 Alínea 44)		De semoventes:	
Aquisição de Móveis:		a) Conservação, manutenção e reparação de veículos incluindo aquisição de gasóleo, óleos e acessórios para os mesmos	2 500 000\$00
44 — 1-A — Aquisição de má- quinas, ferramentas, aparelhos, instrumentos, utensílios e des- pesas referentes ao seu trans- porte e despacho	10 000 000\$00	b) Idem, i d e m, idem de máqui- nas, ferramentas, aparelhos ,instru- mentos, incluín- do aquisição de gasolina, óleos, utensílios e aces- sórios para os mesmos	1 500 000\$00
44 — 1-B		Cap. 4 Art.º 100 Alínea 3-F)	4 000 000\$00
Mobiliário para os anexos do Liceu e Esc. Industrial e de outros estabe- lecimentos de En- sino	500 000\$00	Conservação, reparação e be- neficiação de outros edifi- cios cuja conservação está a cargo do Governo Regio- nal, incluindo os edifícios afectos ao Ciclo Preparató- rio da Telescola	500 000\$00
44 — 2-A		Cap. 4 Art.º 100 Alínea 4)	
Semoventes: Aquisi- ção de semoven- tes e despesas re- ferentes ao seu transporte e des- pacho	6 000 000\$00	Levadas — Novos Aproveita- mentos Hidroagrícolas	
Cap. 4 Art.º 88 Alínea 4)	16 500 000\$00	1 — a) Despesas com o pes- soal	1 000 000\$00
Pessoal assalariado além dos quadros	8 000 000\$00	2 — a) Despesas de Alimen- tação	910 000\$00
Cap. 4 Art.º 92		3 — a) Prestações directas — outras prestações directas	20 000\$00
Vestuário e artigos pessoais ..	50 000\$00	A <i>transportar</i>	40 490 000\$00
A <i>transportar</i>	33 250 000\$00		

Transporte 40 490 000\$00

c) Despesas com o material 1 200 000\$00

Cap. 4 Art.º 101 Alínea 2

Seguro de material 100 000\$00

Soma 41 790 000\$00

Secretarias Regionais do Planeamento, Finanças e Comércio e Equipamento Social, Transportes e Comunicações, 30 de Agosto de 1977. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*. — O Secretário Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, *Gonçalo Nuno Malheiro de Araújo*.

Portaria n.º 28/77

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes, há necessidade de proceder à transferência de verbas e reforços em várias rubricas do Orçamento para 1977 da Secretaria Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, pelo que ao abrigo do Art.º 3.º do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira e Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional da Madeira, pelas Secretarias Regionais do Planeamento, Finanças e Comércio e Equipamento Social, Transportes e Comunicações, o seguinte:

1.º — Que se proceda às transferências e reforço de verbas de várias rubricas do Orçamento de 1977, para a Secretaria Regional, assinaladas no mapa que faz parte desta portaria, na importância de 2 310 000\$00.

2.º — Este diploma entra imediatamente em vigor.

VERBAS A TRANSFERIR DO ORÇAMENTO ORDINÁRIO

Cap. 4. Art.º 83

Ampliação do Plano de Construção das EE. NN. do Distrito 2 160 000\$00

Cap. 4 Art.º 102 Alínea 1

Vencimentos do Pessoal do Quadro 150 000\$00

Soma 2 310 000\$00

VERBAS E REFORÇOS

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 34)

Reparação dos Estragos da E.N. 101, entre S. Vicente e a Ribeira da Janela, motivados pelo temporal de 20 e 21 de Dezembro de 1973 900 000\$00

Cap. 4 Art.º Alínea 38)

Construção do Centro Sanitário do Caniçal 80 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 43-F)

Aquisição de equipamento para exposições 1 180 000\$00

Cap. 4 Art.º 102 Alínea 2)

Remuneração do Pessoal Assalariado não pertencente aos Quadros 150 000\$00

Soma 2 310 000\$00

Secretarias Regionais do Planeamento, Finanças e Comércio e Equipamento Social, Transportes e Comunicações, 4 de Outubro de 1977. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*. — O Secretário Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, *Gonçalo Nuno Malheiro de Araújo*.

Portaria n.º 37/77

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes, há necessidade de proceder à transferência de verbas e reforços em várias rubricas do Orçamento para 1977, da Secretaria Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, pelo que ao abrigo do art.º 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo, pelas Secretarias Regionais do Equipamento Social, Transportes e Comunicações e do Planeamento, Finanças e Comércio, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência e reforço de verbas de várias rubricas do Orçamento de 1977, para a Secretaria Regional, assinaladas no mapa que faz parte integrante desta portaria, na importância de 3 400 000\$00 (três milhões e quatrocentos mil escudos).

2.º — Esta portaria entra imediatamente em vigor.

**VERBAS A TRANSFERIR DO ORÇAMENTO
ORDINÁRIO DE 1977**

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 20)

Construção do Parque de Auto-
móvel e de Material do Go-
verno Regional 3 400 000\$00

Soma 3 400 000\$00

VERBAS A REFORÇAR E A INCLUIR:

A reforçar:

Cap. 4 Art.º 101 43-C)

Substituição da Cobertura do Pa-
vilhão Gimnodesportivo ... 400 000\$00

A incluir:

Cap. 4 Art.º 101 Alínea 10)

Subsídio para a construção e re-
paração de habitações de
fracos recursos 3 000 000\$00

Soma 3 400 000\$00

Secretarias Regionais do Planeamento, Finan-
ças e Comércio e Equipamento Social, Transportes
e Comunicações, 25 de Outubro de 1977. — O Se-
cretário Regional do Planeamento, Finanças e Co-
mércio, *José António Camacho*. — O Secretário
Regional do Equipamento Social, Transportes e Co-
municações, *Gonçalo Nuno Malheiro de Araújo*.

Portaria n.º 40/77

A fim de possibilitar o pagamento de despe-
sas correntes, há necessidade de proceder à trans-
ferência de verbas para reforço de várias rubricas
do Orçamento para 1977 da Secretaria Regional
do Equipamento Social, Transportes e Comunica-
ções, pelo que, ao abrigo do art.º 3.º do Decreto
Regional n.º 5/77/M, de vinte e um de Abril, man-
da o Governo Regional, através das Secretarias
Regionais do Equipamento Social, Transportes e
Comunicações e do Planeamento, Finanças e Co-
mércio, o seguinte:

1.º — Que se proceda às transferências e re-
forços de verbas de várias rubricas do orçamento
para 1977 da Secretaria Regional do Equipamento
Social, Transportes e Comunicações, assinaladas
no mapa que faz parte integrante desta portaria,

na importância de 14 900 000\$00 (catorze milhões
e noventa mil escudos).

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em
vigor.

VERBAS A TRANSFERIR DO ORÇAMENTO ORDINÁRIO

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 3)

Const. da Escola Preparatória
da Ribeira Brava (conclusão
da 2.ª e 3.ª fase) 2 000 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 5)

Idem da Escola Preparatória de
Porto Santo 3 000 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 17)

Fiscalização da obra de con-
clusão do Plano de Estradas 100 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 21)

Const. de Centrais de Camio-
nagem (início) 400 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 24)

Adaptação e melhoria da Ca-
sa do Posto Agrário de San-
tana, para nela ser instalado
núcleo de apoio aos agricul-
tores locais 1 000 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 26)

Idem de Travessões nas Ri-
beiras do Funchal 500 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 27)

Const. da muralha de canaliza-
ção na Ribeira de St.ª Luzia 1 000 000\$00

Cap. 4 Art.º 87 Alínea 28)

Correcção da Ribeira de São
João a montante da Ponte
dos Álamos 2 000 000\$00

Cap.º 4 Art.º 87 Alínea 33

Const. de terraplenagens da
Estrada da Serra de Dentro à
Camacha 700 000\$00

Cap.º 4 Art.º 87 Alínea 39

Const. do Centro Sanitário do
Porto Santo 500 000\$00

Transporte 11 200 000\$00

<i>A transportar</i>	11 200 000\$00
Cap.º 4 Art.º 88 Alínea 1	
Pessoal do quadro	500 000\$00
Cap.º 4 Art.º 88 Alínea 2	
Pessoal assalariado de carácter permanente	500 000\$00
Cap.º 4 Art.º 88.º Alínea 3	
Pessoal contratado para trabalhos de estudo do Plano da Rede de Estradas da Ilha da Madeira ao abrigo do n.º 1.º do Art.º 4 do Decreto-Lei n.º 28.592, de 14 de Abril de 1938	200 000\$00
Cap.º 4 Art.º 88 Alínea 4	
Pessoal assalariado além dos quadros	2 000 000\$00
Cap.º 4 Art.º 100 Alínea 3-a)	
Conservação reparação e beneficiação do Palácio do Governo Regional e respectivo anexo da Direcção das Finanças	500 000\$00
SOMA	14 900 000\$00

VERBAS E REFORÇOS

Cap.º 4 Art.º 74 Alínea 1	
Remunerações certas e permanentes: Vencimento do Secretário Regional e do restante pessoal do seu gabinete	50 000\$00
Cap.º 4 Art.º 76 Alínea 1	
Prestações Directas — Previdência Social Abono de família	20 000\$00
Cap.º 4 Art.º 79	
Bens não duradouros — Consumo do Secretário	50 000\$00
Cap.º 4 Art.º 87 Alínea 4	
Idem da Escola Preparatória de	
<i>A transportar</i>	120 000\$00

<i>Transporte</i>	120 000\$00
Santa Cruz	400 000\$00
Cap.º Art.º 87 Alínea 7	
Idem da Escola de Bartolomeu Perestrelo	1 000 000\$00
Cap.º 4 Art.º 87 Alínea 10	
Ampliação do Corpo de Oficinas da Escola Industrial e Comercial do Funchal	1 500 000\$00
Cap.º 4 Art.º 87 Alínea 11	
Iluminação do Campo de Jogos do Liceu Nacional do Funchal e Campo Almirante Reis	100 000\$00
Cap.º 4 Art.º 87 Alínea 13	
Adaptação de edifícios destinados a Escola do Ciclo Preparatório e outros estabelecimentos de ensino	1 980 000\$00
Cap.º 4 Art.º 87 Alínea 23	
Construção de Instalações do Posto Zootécnico da Madeira	1 500 000\$00
Cap.º 4 Art.º 87 Alínea 30-B	
Análise de materiais trabalhos topográficos organização de projectos e outros trabalhos especiais:	
B) Idem com o material	200 000\$00
Cap.º 4 Art.º 87.º Alínea 43-A	
Construção de 5 salas de aula e ampliação do refeitório do Instituto de Surdos	500 000\$00
Cap.º 4 Art.º 87 Alínea 44-1- A	
Máquinas: Aparelhos, instrumentos, utensílios e despesas referentes ao seu transporte e despacho	1 400 000\$00
Cap.º 4 Art.º 87.º Alínea 44-1-B	
Mobiliários para os anexos do Liceu, Escola Industrial e Escola Preparatória da Ponta do Sol	240 000\$00
<i>A transportar</i>	8 860 000\$00

Transporte	8 860 000\$00
Cap.º 4 Art.º 87 Alínea 2—A	
Semoventes: Aquisição de semoventes e despesas referentes ao seu transporte e despacho	1 800 000\$00
Cap.º 4 Art.º 89	
Gratificações certas e permanentes	10 000\$00
Cap.º 4 Art.º 90	
Subsídio de Férias e Natal ...	1 200 000\$00
Cap.º 4 Art.º 95 alínea 3	
Aumento de salário pela deslocação para o Campo em serviço	200 000\$00
Cap.º 4 Art.º 96 alínea 1	
Máquinas, ferramentas, aparelhos e utensílios	100 000\$00
Cap.º 4 Art.º 97	
Bens não duradouros e consumo da secretaria	100 000\$00
Cap.º 4 Art.º 100 Alínea 3-F	
Idem idem idem de outros edifícios cuja conservação está a cargo do Governo Regional incluindo os edifícios afectos ao Ciclo Preparatório da Telescola	2 000 000\$00
Cap.º 4 Art.º 100 alínea 3-H	
Demarcação sinalização balisagem e projectos das EE. NN.	300 000\$00
Cap.º 4 Art.º 100 alínea I	
Arborização em embelezamento de estradas	100 000\$00
Cap.º 4 Art.º 101 alínea 2	
Seguro de Material	50 000\$00
Cap.º 4 Art.º 101 alínea 9	
Despesas de anos findos	100 000\$00
SOMA	14 900 000\$00

Secretarias Regionais do Planeamento, Finanças e Comércio e Equipamento Social, Transportes e Comunicações, 8 de Novembro de 1977. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*. — O Secretário Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, *Gonçalo Nuno Malheiro de Araújo*.

Portaria n.º 47/77

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes, há necessidade de proceder à transferência de verbas para reforço de várias rubricas do Orçamento para 1977 da Secretaria Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, pelo que, ao abrigo do art.º 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de vinte e um de Abril, manda o Governo Regional, através das Secretarias Regionais do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, e do Planeamento, Finanças e Comércio, o seguinte:

1.º — Que se proceda às transferências e reforços de verbas de várias rubricas do orçamento para 1977 da Secretaria Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações assinaladas no mapa que faz parte integrante desta portaria, na importância de 6 000 000\$00 (seis milhões de escudos).

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

VERBAS A TRANSFERIR

Cap.º 4.º Art.º 85.º	
Saneamento Básico (Abastecimento de água e esgotos)	3 000 000\$00
Cap.º 4.º Art.º 87.º Alínea 27	
Construção da muralha de canalização na ribeira de Santa Luzia	1 000 000\$00
Cap.º 4.º Art.º 87.º Alínea 28	
Correcção da Ribeira de S. João a montante de Ponte dos Álamos	2 000 000\$00
SOMA	6 000 000\$00

VERBAS E REFORÇOS

Cap.º 4 Art.º 87 Alínea 10

Ampliação do Corpo de Oficinas da Escola Industrial e Comercial do Funchal ... 3 500 000\$00

Cap.º 4 Art.º 87 Alínea 32

Obras diversas, respeitantes ao Fomento Hidroagrícola do Porto Santo:

B) Despesas Diversas ... 1 000 000\$00

Cap.º 4 Art.º 100 Alínea 2

De Semoventes:

b) Idem, idem, idem de máquinas, ferramentas, aparelhos, e instrumentos, incluindo aquisição de gasolina, óleos, utensílios e acessórios para os mesmos ... 1 300 000\$00
SOMA ... 6 000 000\$00

Secretarias Regionais do Planeamento, Finanças e Comércio e Equipamento Social, Transportes e Comunicações, 24 de Novembro de 1977. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*. — O Secretário Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, *Gonçalo Nuno Malheiro de Araújo*.

Portaria n.º 48/77

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes, há necessidade de se proceder à transferência de uma verba para reforço de outras dentro do capítulo quarto do Orçamento Ordinário da Despesa para 1977, inerente à Secretaria Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, pelo que, ao abrigo do art.º 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da Secretaria do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, e da Secretaria do Planeamento, Finanças e Comércio, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência da importância de 5 000\$00 (cinco mil escudos) do Cap.º 4.º, Art.º 106 Alínea 1). Aju-

das de custo, subsídios de marcha e transportes para reforço da alínea 1) do Art.º 105 e alínea 1) do Art.º 108 do Cap.º 4 — Abono de família e consumos de secretaria, nas importâncias de 2 000\$00 e 3 000\$00, respectivamente.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais do Planeamento, Finanças e Comércio e Equipamento Social, Transportes e Comunicações, 29 de Novembro de 1977. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*. — O Secretário Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, *Gonçalo Nuno Malheiro de Araújo*.

Portaria n.º 59/77

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes, há necessidade de proceder à transferência de verbas para reforço de várias rubricas do Orçamento para 1977 da Secretaria Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, pelo que, ao abrigo do art.º 3.º do Decreto-Regional n.º 5/77/M, de vinte e um de Abril, manda o Governo Regional, através das Secretarias Regionais do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, e do Planeamento, Finanças e Comércio, o seguinte:

1.º — Que se proceda às transferências e reforços de verbas de várias rubricas do orçamento para 1977 da Secretaria Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações assinaladas no mapa que faz parte integrante desta portaria, na importância de 2 650 000\$00.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

VERBAS A TRANSFERIR

Cap.º 4.º — Art.º 84

Viação Rural ... 2 000 000\$00

Cap.º 4.º — Art.º 85

Saneamento Básico (Abastecimento de águas e esgotos) 650 000\$00
SOMA ... 2 650 000\$00

VERBAS A REFORÇAR

Cap.º 4 — Art.º 100 4 B

Subsídio de Natal e Férias ... 200 000\$00

Cap.º 4 — Art.º 100 4-C

Despesa com o Material ... 2 300 000\$00

A transportar ... 2 500 000\$00*Transporte* ... 2 500 000\$00

Cap.º 4 — Art.º 100 4-1-A

Alimentação ... 150 000\$00

SOMA ... 2 650 000\$00

Secretarias Regionais do Planeamento, Finanças e Comércio e Equipamento Social, Transportes e Comunicações, 13 de Dezembro de 1977. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*. — O Secretário Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, *Gonçalo Nuno Malheiro de Araújo*.

Preço deste número: 36\$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

A S S I N A T U R A S

As duas séries	Ano 1 100\$	Semestre	650\$
A 1.ª série	650\$	»	350\$
A 2.ª série	650\$	»	350\$

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

A estes valores acrescem os portes de correio

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»